

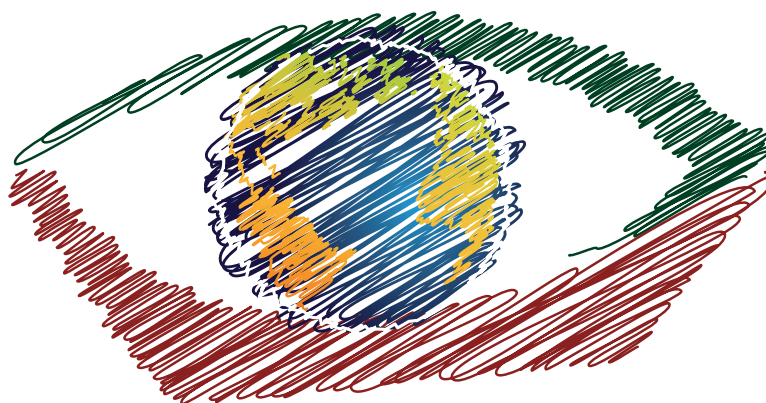
OBSERVARE 1st International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>



Geopolítica de Portugal no Atlântico - Lusofonia e Segurança

Maria Sousa Galito

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Palavras chave: Geopolítica, Portugal, Lusofonia, Segurança

O artigo visa analisar as vantagens de Portugal apostar na relação privilegiada com os PAL-OP e o Brasil, e a importância estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no âmbito da geopolítica e da segurança.

Discute-se o papel da CPLP na Guiné-Bissau. A CPLP assegurou em Junho de 2011 o seu compromisso na aplicação do “Roteiro da Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau”, e que tal será feito em coordenação da ONU e em estreita parceria com o governo do país, a União Africana (UA), a União Europeia (UE) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

São analisadas as possibilidades da CPLP ajudar a combater o crime organizado transnacional, nomeadamente o tráfico de armas, de pessoas e o narcotráfico, através de uma colaboração mais estreita entre os Estados-membros.

Maria Sousa Galito – Docente da Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais da Universidade Lusófona, onde lecciona as cadeiras de “Geoestratégia, Geopolítica e Relações Internacionais” I e II.

Geopolítica de Portugal no Atlântico – Lusofonia e Segurança

Maria Sousa Galito

Resumo

O artigo analisa a importância estratégica para Portugal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no âmbito da geopolítica e da segurança. Discute-se o papel da CPLP na Guiné-Bissau. A CPLP assegurou em Junho de 2011 o seu compromisso na aplicação do "Roteiro da Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau", e que tal será feito em coordenação da ONU e em estreita parceria com o governo do país, a União Africana (UA), a União Europeia (UE) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

O Artigo analisa as possibilidades da CPLP ajudar a combater o crime organizado transnacional, nomeadamente o tráfico de armas, de pessoas e o narcotráfico, através de uma colaboração mais estreita entre os Estados-membros.

Palavras-chave: Segurança e Defesa, Portugal, CPLP, Guiné-Bissau

Abstract

This article aims to analyze the strategic importance for Portugal of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) in the context of geopolitics and security. It argues about the role of CPLP in Guinea-Bissau. The CPLP secured in June 2011 its commitment of implementing the "Roadmap for Reform of Defense and Security Sector of Guinea-Bissau," and that this will be done in coordination of the UN and in close partnership with the government of the country, the African Union (AU), the European Union (EU) and Economic Community of West African States (ECOWAS).

The article analyzes the possibilities of CPLP helping combat transnational organized crime, including trafficking in arms, people and drug trafficking, through closer cooperation between Member States.

Keywords: Security, Defense, Portugal, CPLP, Guinea-Bissau

I. Introdução

Portugal possui uma estratégia para se defender deste tipo de ameaças, por isso, identificam-se os seus conceitos de Segurança e Defesa Nacional à luz da Política Externa definida pelos dois governos mais recentes. E depois analisa-se a postura internacional multilateral de Portugal no seio da CPLP para a segurança do Atlântico, nas suas relações privilegiadas com os PALOP, em articulação com outras organizações internacionais, tais como a UA, a UE, a ONU e a OTAN.

Para melhor analisar o quadro geral de referência desta relação, examinam-se as declarações finais e as principais conclusões das reuniões dos Ministros da Defesa dos Países de Língua Oficial Portuguesa, como base de fundamentação do *case study* na esfera da segurança e Defesa internacional e comunitária (CPLP) que, neste artigo, é a instabilidade política da Guiné-Bissau. Discute-se o recente *Roteiro da Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau*, elaborado em parceria do próprio país com a CPLP, a ONU, a UA, a UE e a CEDEAO.

II. Portugal e a CPLP – Defesa e Segurança

Portugal tem procurado adaptar o seu modelo de Segurança e Defesa, e a sua Política Externa ao xadrez internacional actual de globalização crescente dos mercados e das ameaças «(...) e riscos não convencionais, simultaneamente transnacionais e subestatais, que constituem ameaças à segurança nacional e internacional»¹ e a Lusofonia consta da sua linha estratégica de acção.

No programa do XVIII Governo de Portugal, constava que a Defesa Nacional em pleno séc. XXI se articulava num quadro de “Segurança Humana” e de “Segurança Cooperativa”². Por seu lado, o XIX Governo de Portugal destaca a importância de uma «(...) política externa assente em opções europeias, atlânticas e lusófonas que reúnem largo consenso e têm merecido acordo político consistente.»³ No âmbito da Defesa Nacional, o XIX Governo propõe-se a enfrentar “novos desafios” com “novas soluções”, a velar pela manutenção da paz e da segurança internacionais em especial de forma multilateral, com base na ideia central da “independência nacional e a garantia da sua autonomia face a terceiros”. Os objectivos estratégicos da Defesa Nacional assentam no consenso e na garantia de valores e princípios fundamentais⁴, conferindo prioridade aos assuntos do Mar, da OTAN, missões internacionais de manutenção da paz e defesa dos direitos humanos, realizar reformas no âmbito estrutural (incluindo no Ministério da Defesa Nacional) e executar projectos de cooperação técnico-militar com os Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A CPLP é uma das traves mestras da política externa portuguesa e é um investimento complementar à UE e à Zona Euro. Os próprios Estados-membros da organização lusófona consideram Portugal como um aliado na sua aproximação ao *velho continente*.

A CPLP visa ser um fórum proeminente na relação hemisférica Norte-Sul e nas suas reuniões confere-se relevância estratégica às questões de Defesa no Atlântico. É especificamente no

¹ XVIII GOVERNO CONSTITUCIONAL DE PORTUGAL (2009). Programa do XVIII Governo Constitucional. *Ministério da Defesa Nacional de Portugal*, Cap. VIII – Defesa Nacional, Política Externa, Integração Europeia e Comunidades Portuguesas, p. 118. Url: <<http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/>>]

² «O contexto de segurança do séc. XXI caracteriza-se por uma multiplicidade de ameaças. (...) Neste novo quadro, o conceito de Segurança regista duas alterações fundamentais. Primeiro, a segurança não é, exclusivamente, a segurança dos Estados. É, também, a segurança das pessoas: é um quadro de Segurança Humana. Segundo, contra riscos, ameaças e conflitos transnacionais, a resposta terá que basear-se, essencialmente, na cooperação internacional: é um quadro de Segurança Cooperativa.» [ID IBID]

³ Cf. XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL DE PORTUGAL (2011). Programa do XIX Governo Constitucional. *Ministério da Defesa Nacional de Portugal*, Cap. V – Política Externa, Desenvolvimento e Defesa Nacional, p. 100. Url: <<http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/>>]

⁴ «(...) a Defesa Nacional deve assentar em duas preocupações essenciais: por um lado, a compreensão que tem de estar ao serviço da garantia de valores e princípios essenciais; por outro, que a sua efectividade e sucesso dependem, antes demais, da existência de um amplo consenso, não apenas político-partidário mas sobretudo verdadeiramente nacional» [ID IBID, p. 106]

continente africano, com o objectivo de contribuir para a estabilização, construção/manutenção da paz e segurança das respectivas populações. Sendo que nesta matéria, a atenção dos lusófonos se centre na volatilidade da Guiné-Bissau ainda não completamente sanada.

Quando a CPLP foi fundada, em 1996, a guerra civil ainda assolava Angola, mas entretanto o país obteve a paz em 2002, sendo que as dificuldades em Cabinda estão sob gestão interna. São Tomé e Príncipe tem sido provavelmente o palco mais discreto de instabilidade política no espaço da CPLP, perante casos mais mediáticos provenientes de Timor-Leste e da Guiné-Bissau. Mas os seus governos têm durado em média dois anos desde 1991, razão que justifica algumas preocupações, mormente no impacto desta instabilidade nas taxas de crescimento económico do arquipélago.

Timor-Leste não se situa no oceano Atlântico mas assinou em Maio de 2011 um acordo de cooperação económica no âmbito dos recursos naturais (petróleo e gás), que inclui o intercâmbio de quadros técnicos e de instituições. As perspectivas de petróleo no Golfo da Guiné têm gerado novas perspectivas para a economia de São Tomé e Príncipe.

No âmbito da Defesa, a dinâmica de cooperação tem sido crescente entre os Estados-membros da CPLP, porque esta pode ser de facto útil em acções de concertação diplomática e de cooperação, com vista a minorar as dificuldades, com base em relações ancestrais de convivência e visões pragmáticas sobre a realidade actual. Neste quadro de referência, aproveita-se o facto Portugal é Estado-membro da UE e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Recorde-se o papel de Portugal como país organizador da Cimeira UE-África, realizada em Lisboa entre 8/9 Dezembro de 2007, anos após a reunião de 2000 na cidade do Cairo, cujo interregno vira nascer a União Africana e o alargamento da UE a novos Estados-membros. Os países acordaram em:

«(...) construir uma nova parceria política estratégica para o futuro, ultrapassando a tradicional relação doador-receptor e partindo de valores e objectivos comuns, na via da paz, da estabilidade e do Estado de direito, do progresso e do desenvolvimento.»⁵

A Declaração de Lisboa baseava-se ainda numa “parceria de iguais” com vista a promover práticas de boa governação e de respeito pelos direitos humanos, em observância dos *Objectivos do Desenvolvimento do Milénio*, e promoção da paz e da segurança em África. Trabalhava-se num modelo aberto e multilateral, que pudesse incrementar o investimento, o crescimento e a prosperidade através da integração regional e o estreitamento dos laços económicos⁶.

Em Novembro de 2010, na sequência da III Cimeira África-UE que teve lugar em Trípoli e do Plano de Acção 2011-2013 igualmente adoptado em Trípoli, os propósitos definidos na arquitectura institucional da estratégica conjunta são as parcerias: nas esferas da paz e segurança, da governação democrática e direitos humanos; do comércio, integração regional e infra-estruturas; *Objectivos do Desenvolvimento do Milénio*; energia, alterações climáticas e ambiente; migração, mobilidade e emprego; ciência, sociedade da informação e espaço⁷.

Em Novembro de 2010, destacaram-se medidas prosseguidas na esfera da cooperação destinadas a reforçar capacidades nacionais e locais, em resposta integrada e global às ameaças transnacionais, tais como o crime organizado e o terrorismo⁸. Na relação UE-África, algumas das prioridades no âmbito da defesa eram a operacionalização da *Arquitectura de Paz e Segurança em África*, acautelar o financiamento das operações de paz em África e aprofundar o diálogo sobre os desafios nestas matérias.

O auxílio financeiro era um dos pilares desta relação. No campo da ajuda humanitária, a UE garantiu recentemente cerca de 27,8 milhões de euros em Julho de 2011 às vítimas da seca, da subida dos preços dos bens alimentares e recursos em geral, e da fome no *Corno de África*

⁵ UNIÃO EUROPEIA (2007). Declaração de Lisboa – Cimeira EU-África (8/9 Dezembro 2007). *Infoeuropa – Biblioteca*, Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), p. 1. URL: <<https://infoeuropa.eu/rocid.pt/registo/000039702/documento/0001/>>

⁶ ID IBID.

⁷ UNIÃO EUROPEIA (2011). Parceria estratégica África-União Europeia: Enfrentar em conjunto os desafios do presente e do futuro. *Infoeuropa – Biblioteca*, Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), Maio, p. 3. URL: <<https://infoeuropa.eu/rocid.pt/registo/000047044/>>

⁸ ID. IBID., p. 58.

(exemplos, Quênia, Etiópia, Somália, Djibuti). Pois dificilmente há paz e baixos índices de crime organizado em países onde a maioria da população vive sem perspectivas de futuro e abaixo dos limiares da pobreza.

Portugal, aproveitando o facto de ser Estado-membro da UE, continua a privilegiar as relações com os PALOP, de forma bilateral através da implementação de medidas de cooperação estratégica de apoio técnico-militar e em prol do desenvolvimento (que têm sido desenvolvidas no decurso da experiência democrática em Portugal), e na vertente ou multilateral através da CPLP. Realça-se a Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento, a Resolução do Conselho de Ministros N°73/2009, onde se traça um plano em consonância com as deliberações das reuniões UE-África.

Compreende-se, portanto, que Portugal tente participar activamente no diálogo UE/PALOP. Mas verdade seja dita, começou logo por ter dificuldades após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e a criação do Serviço Europeu de Acção Externa, que distribui representações da União com estatuto de embaixadas, pelos vários países do mundo. As delegações da UE em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique, por exemplo, foram atribuídas a dois espanhóis e um irlandês. Portanto, a batalha não está ganha à partida. Por agora, Portugal permitiu que o mapa diplomático anunciado por Bruxelas em 2010 pela Alta Representante da UE para a Política Externa, Catherine Ashton, lhe fosse bastante desfavorável.

No diálogo UE/África, a UA e a ONU também têm vindo a desempenhar papel relevante. Vejamos que a *Arquitectura de Paz e Segurança Africana* articula-se a dois níveis: um macro (continental) centralizado na UA com objectivos políticos e estratégicos com vista à implementação de um sistema continental integrado de segurança. E um micro (sub-regional) mais operacional, onde se inserem organizações regionais tais como: a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDAO) na qual participam Cabo Verde e a Guiné-Bissau; a Comunidade Económica dos países da África Central (CEMAC), ou a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), em que Angola e Moçambique são Estados-membros.

Quando a questão é a Segurança Internacional em África, as actividades da União Africana são referência. Trata-se de uma organização regional que possui 53 Estados-membros. As suas prioridades centram-se na prevenção e resolução de conflitos em nome da estabilidade social e do desenvolvimento económico dos países africanos. Os objectivos são promover credibilidade internacional acrescida dos regimes políticos, à medida que se combate a corrupção e a criminalidade organizada.

O *Conselho para a Paz e Segurança (CPS)* da UA, cujo Protocolo de criação foi adoptado na primeira Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana, em Durban, a 9 de Julho de 2002, visa promover parcerias e instigar a cooperação entre a União Africana e a ONU, e outras organizações africanas, com o objectivo claro de promover/manter a segurança, a paz e a estabilidade no continente africano.

O Parlamento Pan-Africano entrou em funções em 2004. É o órgão legislativo da UA. Hoje em dia é presidido por Gertrude Mongella. Visa gerir o orçamento da referida organização internacional, fomentar a harmonização das políticas de integração regional e emitir pareceres sobre temas de interesse continental, tais como a Democracia, a unidade e o desenvolvimento, a boa governação e os direitos humanos.

A UA ainda não possui a pujança internacional à qual poderia almejar (atendendo ao número de membros) por manter no seu seio líderes que alcançaram o poder por métodos pouco democráticos, ou que insistem em perpetuar-se como chefes de Estado (exemplo, Zimbabué) durante décadas, sem permitir a saudável alternância democrática. Porque na UA nem sempre se têm em mente interesses estratégicos comuns, mas mais conveniências individuais ou bilaterais. Situações que não constituem bases propícias à elaboração/concretização de políticas de real combate à fraude eleitoral, à punição da violência e corrupção, contra a violação das mais elementares regras democráticas. Ou seja, a relevância internacional da UA depende da existência de uma verdadeira solidariedade africana, que se materialize em medidas concretas e eficientes em prol da paz e da segurança, do desenvolvimento sustentável e da boa governação.

Recentemente, realizou-se a XVII Cimeira da União Africana, entre 30 de Junho e 1 de Julho de 2011, em Malabo (Guiné Equatorial). Reuniu-se a Assembleia dos Chefes de estado e de Governo da organização pan-africana sob o lema geral de *acelerar a autonomização dos jovens para o desenvolvimento sustentável*, para as mudanças necessárias em prol da melhoria das condições gerais de vida das populações em África. Mas foi sobretudo uma oportunidade para debater em conjunto a situação da Líbia e de reflectir sobre a necessidade de mudar o facto de nenhum país africano ter assento no Conselho de Segurança da ONU.

No que concerne à ONU e às suas relações com a CPLP, destaca-se o seu papel no reconhecimento de *Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP*, na vertente das Operações de Apoio à Paz. Contexto no qual se faz referência ao *Programa de Apoio às Missões de Paz em África*, confirmado pela X Reunião de Ministros da Defesa Nacional da CPLP, efectuada em Díli a 18 de Maio de 2008. E ao *Projecto do Modelo dos Centros de Excelência*, aprovado na XI Reunião de Ministros da Defesa Nacional, realizada em Luanda, em 27 de Maio de 2009.

Na XVI reunião ordinária dos chefes da diplomacia dos oito Estados-membros da CPLP, foram reiterados os termos do comunicado final da II reunião do Conselho de Ministros de Salvador (1997) e das declarações de São Tomé (2004), Bissau (2006), Lisboa (2008) e Luanda (2010). Em 2011, os Estados-membros da CPLP acordaram na necessidade de reformar o Sistema das Nações Unidas, em especial o Conselho de Segurança, no qual se defende a elevação do Brasil à categoria de membro permanente; para que este órgão se torne mais eficaz e representativo da realidade internacional.

Para além das relações UE/África e UA/UE, e da ONU, refere-se ainda a relevância estratégica da OTAN, uma organização internacional na qual Portugal é país fundador. Recorde-se que a Cimeira da OTAN de 2010 realizou-se em Lisboa.

A OTAN é uma instituição fundamental nas relações Portugal/África (não apenas PALOP), pois Portugal vela por uma comunicação mais profícua entre a OTAN e a UE, a UA e outras instituições africanas. Portugal é um bom interlocutor no diálogo Norte/Sul, nas relações OTAN/África porque possui a experiência, mas também mérito para o executar. A qualidade das forças lusas tem sido internacionalmente reconhecida. Com exemplo reporta-se que, em Julho de 2011, a OTAN condecorou o destacamento da Força Aérea Portuguesa (FAP) envolvida na operação Ocean Shield contra a pirataria na costa da Somália, em especial, aos 53 militares do destacamento da Esquadra 601 “Lobos”, sedeadas na Base Aérea n.º 11 (BA11), de Beja.

Em Junho de 2011, na sequência da reforma estrutural de comandos da OTAN, Portugal poderá acolher também a Escola de Sistemas de Comunicação e Informações da NATO até agora fixada em Roma. Mas regista-se sobretudo a perda da actual estrutura de *comando conjunto* em Oeiras, substituída por um *comando operacional* com dependência directa do Comandante Supremo das Forças Aliadas encarregue da força marítima de reacção rápida *strikfornato*, a qual comanda forças navais de vários países e que estava localizada em Nápoles. Não é uma questão de somenos, se recordarmos o papel muito activo da *strikfornato* na guerra da Líbia.

Oeiras recebe assim a sexta esquadra da Marinha americana, responsável pela patrulha do Mediterrâneo e do Atlântico. É o braço naval para os comandos dos EUA para a Europa (EUCOM) e para a África (AFRICOM). A intervenção da OTAN na Líbia não é consensual no seio da CPLP. Angola, por exemplo, condenou publicamente esta acção militar, por a considerar desnecessária.

Neste contexto, o diálogo Norte/Sul, OTAN/África não é necessariamente fácil. Os parceiros de Portugal na CPLP estão menos interessados em que a OTAN seja o *polícia do mundo* mas uma organização que promova a solidariedade em matéria de defesa colectiva. Aliás, o diálogo viveu contrariedades depois da OTAN assumir, em Março de 2011, o comando das operações contra a Líbia, supostamente em prol da protecção da população civil desse país, mas a piscar o olho à localização geoestratégica de um dos maiores exportadores de petróleo do continente africano, numa época de preços superlativos e dependência de recursos energéticos no mercado internacional.

Seja como for, Portugal deve aproveitar o facto de ser Estado-membro da UE, da ONU e da OTAN para construir um diálogo lusófono construtivo, eficaz e de interesse mútuo com os PALOP e o Brasil, seus parceiros no projecto da CPLP que, por sua vez, possui relações privilegiadas com a UA.

A este respeito pronuncia-se Silveira Machado (2009), ao reforçar o papel de Portugal como intermediário entre a CPLP e a União Europeia, em ambos os sentidos:

«Os países da CPLP não têm que estender a mão à Europa; têm sim potencial para negociar e Portugal é, sem dúvida alguma, a porta mais acessível à Europa. Por outro lado (...) Portugal é, por razões do passado e do presente, o melhor interlocutor da Europa com os países lusófonos.»⁹

A geopolítica de Portugal no Atlântico, que foi descurada no período logo após a Revolução do 25 de Abril de 1974, em prol de uma aproximação ao modelo europeu, mudou de forma significativa depois de em 1996 ter contribuído para a criação da CPLP. Uma questão que poderá estar ainda a ser descurada ao nível das intervenções e resultados por Portugal, mas que não deixa de ser crucial para autores como Silveira Machado (2009): «(...) Portugal tem de rever as suas relações com a CPLP, interiorizando-as como vitais que são para a sua afirmação no mundo.»¹⁰ José F. Pinto (2009) vai mais longe, pois na sua opinião:

«O provincianismo português de se considerar, de novo, europeu – esquecido que é tão só o país mais antigo da Europa – tem obstado a que a janela atlântica de liberdade se abra de par em par para fazer valer aquilo que [Fernando Santos] Neves parece pregar no deserto, ou seja, que Portugal interessa à Europa enquanto lusófono, e representa uma mais-valia para o Mundo lusófono, enquanto europeu.»¹¹

Seja como for, a CPLP ainda está envolvida em retórica de base ideológica. Não é necessariamente uma prioridade estratégica para todos os países lusófonos¹²; também porque a dinâmica comercial, em termos de fluxos de mercadorias e de serviços, ainda é incipiente. E Portugal não é necessariamente um intermediário no diálogo entre os outros estados-membros da CPLP, com relevo para o poder do Brasil enquanto potência emergente e da afirmação de Angola no seu contexto regional.

III. Quadro de Referência – CPLP

As questões relativas à Segurança e à Defesa têm sido consideradas prioritárias no xadrez internacional, no período pós os ataques de 11 de Setembro de 2001. A luta contra o terrorismo é parte da narrativa, mas também contra a criminalidade organizada, um conjunto de ameaças graves, que incluem a pirataria, o narcotráfico, o tráfico de órgãos humanos e de pessoas. Mas também a proliferação de armas de destruição maciça, cujos riscos são substanciais para a estabilidade mundial e põem em causa a vida saudável de milhões de pessoas todos os anos.

Este tipo de ameaças já não é facilmente controlável pelos Estados (se é que alguma vez o verdadeiramente o foi) num sistema internacional a caminhar para a multipolaridade económica, caracterizado pela multiplicidade de actores não estaduais, pelo transnacionalismo, globalização e interdependência das relações entre países. Para sobreviver neste sistema volátil, incerto e complexo, os Estados apostam na solidariedade e no multilateralismo como resposta conjunta a ameaças comuns. No âmbito da Segurança e da Defesa, a CPLP tenta ser um fórum de colaboração entre os seus Estados-membros.

Relembra-se que na Declaração Constitutiva da CPLP, de 17 de Julho de 1996, os países fundadores, alfabeticamente ordenados por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau,

⁹ SILVEIRA MACHADO, Maria V. (2009). *Reflexões Lusófonas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, p. 87

¹⁰ SILVEIRA MACHADO, Maria V. (2009), *op. cit.*, p. 87.

¹¹ PINTO, José F. (2009). *Estratégias Da e Para a Lusofonia? – O Futuro da Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio, p. 188.

¹² «A CPLP está no horizonte brasileiro, mas ainda não é uma opção estratégica imediata, dadas as limitações das trocas comerciais nesta área. A retórica sentimental é também aí basicamente ideológica.» [CHACON, Vamirech (2002). *O Futuro Político da Lusofonia*. Lisboa: Verbo, p. 47]

Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (Timor-Leste aderiu à Comunidade em 2002, após a sua independência), comprometeram-se em velar conjuntamente pela Democracia e o Estado de Direito, pela Justiça Social e os Direitos Humanos, pela Paz e o Desenvolvimento, levando em consideração os princípios da igualdade soberana, da integridade territorial e da não ingerência nos assuntos de cada país. Foi reconhecido o papel importante da solidariedade, cooperação e fraternidade numa Comunidade caracterizada pela descontinuidade geográfica e pelo idioma comum. Os objectivos gerais da CPLP são a concertação político-diplomática entre Estados-membros (I Pilar), a cooperação (II Pilar), e a promoção da língua portuguesa (III Pilar). Todavia, não há referências específicas ao âmbito da segurança e defesa¹³.

A primeira Reunião dos Ministros da Defesa dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RMDPPOP), realizou-se no Forte de São Julião da Barra em Oeiras, entre 20/21 de Julho de 1998, com o objectivo de analisar o quadro global da cooperação nas áreas militar e da defesa¹⁴. Em 1999, a Declaração Final aprovou um *Acordo sobre a Globalização da Cooperação Técnico-Militar* e concebeu um *Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa* (SPAD) dos Estados de língua oficial portuguesa¹⁵. O que garantiu uma alteração nos Estatutos da CPLP, em 2001, para consagrar a cooperação na esfera da Defesa¹⁶.

Entretanto, na III RMDPPOP (2000), o Brasil havia manifestado finalmente intenção de tornar-se membro permanente deste fórum de cooperação. Concluiu-se sobre a necessidade de uma maior coadjuvação mútua no quadro da globalização, e em investir no programa de intercâmbio no domínio da formação militar a ser aprovada no ano subsequente¹⁷.

No decurso da IX RMDPPOP (2006) foi assinado o *Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa*, uma ferramenta considerada determinante para fortalecer a credibilidade externa da Comunidade. Visa promover uma política comum no âmbito da segurança e da Defesa, reforçar as capacidades das Forças Armadas, bem como gerar e manter um espaço de partilha de informação nestas matérias. Nesse sentido, tem como objectivo sensibilizar as populações sobre a utilidade das Forças Armadas e da solidariedade entre Estados-membros, mormente em períodos de emergência, nos quais o intercâmbio de experiências e metodologias é fundamental. Pelo que devem prosseguir os exercícios militares conjuntos e combinados da FELINO¹⁸. Mas investir igualmente no controlo e fiscalização regular da Zona Económica Exclusiva (ZEE) que a CPLP engloba. Foi ainda realçado o contexto internacional desafiante do ponto de vista da segurança, após os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001. Bem como a necessidade de ver estabilizada a situação vivida em Timor-Leste e na Guiné-Bissau¹⁹.

¹³ Cf. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (1996). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. *CPLP Documentos*, 17/07. URL: <<http://www.cplp.org>>

¹⁴ «Os Ministros reconheceram que a Cooperação Técnico-Militar, que em âmbito bilateral vem sendo desenvolvida, ao longo dos últimos anos, entre Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa, constitui uma vertente primordial da relação fraterna que se vem renovando e fortalecendo entre os respectivos países e as suas Forças Armadas, pelo que decidiram enveredar por uma nova fase desta cooperação, alargando-a, em determinados domínios, a um novo conceito de globalização.» [IDEM (1998). Declaração Final da I Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa. *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 21/07, p. 2. URL: <<http://www.cplp.org/>>]

¹⁵IDEM (1999). Declaração Final da II Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa. *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 25/05, pp. 2-3. URL: <<http://www.cplp.org/>>]

¹⁶ «O artigo 3º (Objectivos) passa a ter a seguinte redacção: (...) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.» [COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2001). Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da CPLP. *CPLP Documentos*, VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, 31/07, p. 1. URL: <<http://www.cplp.org/>>]

¹⁷ Cf. IDEM (2000). Declaração Final da III Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa. *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 23/05, pp. 1-4. URL: <<http://www.cplp.org/>>

¹⁸ Os exercícios Felino são praticados em regime de rotatividade desde o ano 2000. Nos primeiros dois anos foram realizados em Portugal, 2002 no Brasil, 2003 em Moçambique, 2004 em Angola, 2005 em Cabo Verde, 2006 no Brasil, 2007 em São Tomé e Príncipe, 2008 em Portugal, 2009 em Moçambique. Angola albergou de 19/28 de Março de 2011 os exercícios relativos a 2010, que haviam sido adiados por razões técnicas. Os exercícios Felino são «(...) desenvolvidos no âmbito da cooperação técnico-militar, têm a finalidade de permitir a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-membros da Comunidade e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, respeitadas as legislações nacionais.» [COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011). “Felino 2010” juntam Forças Armadas – Nota Informativa. *CPLP Notícias*, 24/03. URL: <<http://www.cplp.org/>>]

¹⁹ IDEM (2006). Declaração Final da IX Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa. *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 15/09, p. 5. URL: <<http://www.cplp.org/>>

Em 2008 decorreu a X RMDPPOP, na cidade de Díli, entre 17/18 Maio²⁰. Destacou-se “o carácter universalista da CPLP” também na capacidade de combater as ameaças internacionais no âmbito da Defesa, e à necessidade de cooperação mútua acrescida, com vista a ultrapassar em conjunto dificuldades inerentes ao período histórico. Observou-se a relevância «(...) dos princípios da interdependência, do diálogo e da cooperação nas relações entre os Estados, e também na CPLP»²¹, e na ideia de que a «(...) a via unilateral para resolver conflitos internacionais está a soçobrar face ao reforço dos mecanismos multilaterais a utilizar para esse fim»²². Ou seja, levou-se em consideração a indispensabilidade de reforçar a “Segurança Cooperativa” no sentido de “Segurança Humana” (com enfoque na preservação da integridade física e psicológica das populações e não na utilização da força e no papel central do Estado) na CPLP²³.

A XI RMDPPOP foi realizada entre 26/28 Maio 2009, em Luanda foram destacados alguns pontos da agenda, tais como a necessidade de, por um lado, reforçar a coordenação em matérias como a Segurança Interna e a Defesa, a concertação político-diplomática e a Inteligência; de melhorar os períodos entre reuniões ministeriais e, portanto, ajudar à formalização de um *Plano de Acção Anual* e de intensificar contactos regulares entre as Presidências da CPLP e o Secretariado Permanente (SPAD); e declarar a importância das reuniões ordinárias (e se necessário outras, complementares a estas) de Directores de política de Defesa que geralmente precedem as ministeriais²⁴.

Por outro lado, intensificar a cooperação no sector da Saúde Militar e da sua pertinência nos exercícios FELINO; realizar os *Jogos Desportivos Militares da CPLP*; articular esforços que dirimem as dificuldades de funcionamento do Centro de Análise Estratégica (CAE); implementar Centros de Excelência de Formação de Formadores na esfera da Defesa; e não esquecer o mar, que é factor primordial (dos pontos de vista económico, estratégico, Segurança e Defesa) para os países da CPLP, que ou são arquipélagos ou possuem uma longa zona costeira.

A representação angolana enfatizou as suas preocupações regionais. Apontou a relevância de Portugal enquanto *pivot* na ligação com a OTAN, “num quadro alargado de parcerias”; destacou a importância das relações China/CPLP²⁵. O Brasil destacou a indispensabilidade de reforçar politicamente as relações hemisféricas Sul/Sul, da CPLP concertar posições sobre os assuntos do mar²⁶.

O combate ao narcotráfico foi recordado na XI RMDPPOP pela representante de Cabo Verde, cujo território é muitas vezes escala do crime organizado. Portugal aludiu igualmente à Segurança Marítima, “aos riscos e ameaças” que constroem os Estados-membros da CPLP, tais como o tráfico ilícito e a pirataria²⁷.

Brasília acolheu a XII RMDPPOP, entre 10/11 Novembro de 2010²⁸. No decurso da reunião foi novamente enfatizada a relevância estratégica dos assuntos do mar para a CPLP, em especial a questão das plataformas continentais para definir limites soberanos que protejam da exploração comercial dos recursos marinhos realizada por Estados terceiros. No âmbito das relações Sul-Sul, o Brasil evidenciou a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). No contexto das relações Norte/Sul, exibiu apreensão quanto às novas concepções de “Bacia do Atlântico” e de partilha de soberanias da OTAN que, no fundo, permitem uma abordagem mais flexível e interdependente sobre os espaços marítimos.

²⁰ IDEM (2008). Declaração Final da X Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa. *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 18/05, p. 2. URL: < <http://www.cplp.org/>>]

²¹ COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2008), *op. cit.*, p. 3.

²² ID. IBID, p. 4.

²³ ID. IBID, p. 5.

²⁴ Cf. IDEM (2009a). XI Reunião de Ministros da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Centro de Análise Estratégica*, Agenda, Reuniões dos Ministros da Defesa, 28/05, pp. 3-4. URL: < <http://www.caecplp.org/>>]

²⁵ COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2009a), *op. cit.*, p. 5.

²⁶ IDEM (2009b). Declaração Ministerial sobre a Guiné-Bissau. *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 28/05, p. 1. URL: < <http://www.cplp.org/>>

²⁷ ID. IBID, pp. 6-9.

²⁸ IDEM (2010). Declaração Final da Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP. *Ministério da Defesa do Brasil*, 11/11, p. 1-13. URL: < <https://www.defesa.gov.br/> >

Do ponto de vista geoestratégico, destacou-se o facto de não haver potências nucleares no Atlântico Sul. Apontou-se a necessidade de velar pela paz e a estabilidade da região, até para evitar a ingerência de potências exógenas nos territórios em questão.

Portugal defendeu o seu papel no diálogo da União Europeia com o Brasil e com os países africanos, mormente no decurso das Cimeiras Portuguesas da EU, e Cimeira da OTAN que se iria realizar em Lisboa. Portugal apresenta-se como “ponte” entre três regiões prioritárias do globo (Europa, América Latina e África).

Foram referidos os perigos da pirataria e da imigração ilegal, o terrorismo internacional, o tráfico de drogas, armas e pessoas, e consequentemente, o combate à pobreza e do cumprimento dos *Objectivos do Milénio*.

Chegou-se à conclusão, que no séc. XXI a CPLP é um espaço essencial de intercâmbio para o fortalecimento da paz e da justiça. E que a boa governação e o desenvolvimento económico são basilares no âmbito da Segurança e Defesa. E que parcerias estratégicas neste âmbito contribuem para um *desenvolvimento solidário*.

Mais recentemente, realizou-se a *XIII Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas dos Países Membros da CPLP*, entre 20/21 Abril de 2011²⁹, cuja ordem de trabalhos incluiu observações sobre a situação interna de cada Estado-membro relativo à Defesa e Segurança. Centrou a sua análise nos exercícios FELINO, levando em consideração os ocorridos em Angola entre 18/28 de Março de 2010, a confirmação da Guiné-Bissau em albergá-los em 2012, as propostas de modificação do protótipo actual (mormente do Brasil), e a candidatura à futura realização dos mesmos em 2013.

A análise destas reuniões revela a evolução do empenho conjunto efectuado pelos Estados-membros da CPLP em prol da Segurança e da Defesa no Atlântico e no espaço alargado abarcado pela Lusofonia, contra os riscos e as incertezas do séc. XXI. Neste contexto, avança-se agora para o *case study* deste artigo: a Guiné-Bissau.

IV. Segurança Internacional em África – o Caso da Guiné-Bissau

A CPLP debate regularmente o contexto vivido na Guiné-Bissau nas suas reuniões multilaterais, desde os primeiros anos de vida desta organização internacional.

Na agenda da I RMDPLOP (1998) já constava a análise do contexto político-militar da Guiné-Bissau (embora também a de Angola, pois a paz só seria conquistada em 2002). Afirmava-se a relevância estratégica da cooperação bilateral entre Portugal e os PALOP nesta matéria, e a urgência de avançar para um tipo de colaboração mais ampla e diversificada³⁰.

Foi no decurso da XI RMDPLOP (2009) que foi assinada uma *Declaração Ministerial sobre a Guiné-Bissau*, na sequência dos assassinatos do Chefe de Estado e do Chefe do Estado-maior, para uma solução duradoura capaz de restaurar a ordem pública.

A CPLP, a CEDEAO e a ONUGBIS, conjuntamente com os Governos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, fizeram parte de uma “Mesa Redonda sobre a Reestruturação e Modernização dos Sectores da defesa e da Segurança da Guiné-Bissau, com vista a identificar, eliminar e reestruturar os principais constrangimentos decorrentes dos acontecimentos. Também com vista à Reforma do Sector da Segurança (RSS).

Mas a onda de violência política não teve o seu fim com os assassinatos do Chefe de Estado e do Chefe do Estado-maior da Guiné-Bissau.

Duarte Silva (2010) explica que os assassinatos que se seguiram, ainda em 2009: «(...) agravaram o estado de choque e receio generalizados da população e comprovaram a “atmosfera de

²⁹ Cf. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011a). Declaração Final da XIII Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). *Centro de Análise Estratégica*, Agenda, Reuniões dos Ministros da Defesa, pp. 1-12. URL: < <http://www.caecplp.org> >

³⁰ Cf. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (1998), *op. cit.*, p. 1.

profunda suspeição” reinante nas elites político-militares bem como a “fragmentação e sectarismo no seio das forças armadas”»³¹

A CPLP comprometeu-se em Junho de 2011 na concretização do *Roteiro da Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau*. Este objectivo realizar-se-á sob a coordenação da ONU e em estreita parceria com o governo guineense, a União Africana (UA), a União Europeia (UE) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

O roteiro é um documento trabalhado pelo Estado-Maior das Forças Armadas dos países da CEDEAO, aprovado pelo Conselho de Ministros da Guiné-Bissau e submetido às instâncias superiores da CEDEAO, que o ratificaram, em Março, numa cimeira, em Abuja. Para o levar a efeito são necessárias competências técnicas mas igualmente financeiras. Estão previstos cerca de 63 milhões de dólares para a reforma do sector de defesa e segurança provenientes da CEDEAO.

A aprovação deste Roteiro foi consagrada na agenda da XVI reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos oito países da CPLP, de 22 de Julho em Luanda, e consta da sua declaração final³².

Na Resolução propriamente dita sobre a Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Sector da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau, leva em consideração as conclusões da V Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP sobre a Guiné-Bissau (Praia, 25/3/2009, bem como a Resolução 1949 do Conselho de Segurança que estabelece a *Missão Integrada da ONU na Guiné-Bissau* (UNIOGBIS), e o modelo específico da *Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas* e o *Grupo Internacional de Contacto* para Guiné-Bissau em prol da sustentabilidade do seu processo em curso

Sendo que a principal responsável pela paz e a estabilidade político-social nacionais é a Guiné-Bissau, a Resolução, antes de mais: «(...) *apela* às autoridades, forças políticas e ao conjunto da sociedade civil da Guiné-Bissau a mobilizarem todos os esforços, com vista à concretização das reformas previstas no Roteiro.»³³ Indirectamente, exorta à união nacional, à responsabilidade do governo democraticamente eleito e à mobilização de esforços conjuntos na Guiné-Bissau. Mas também desperta a necessidade de angariar recursos adicionais dentro ou fora do espaço lusófono para concretização do Roteiro. Pois a CPLP, enquanto instituição, possui um orçamento em grande medida limitado para fazer face a este tipo de custos extraordinários. Portanto, visa-se a realização de uma conferência internacional de parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau, para a mobilização complementar de recursos financeiros.

O comunicado destaca a cooperação bilateral mantida pelos Estados-membros, à Missão Técnica Militar Brasileira (MTMB) à instalação da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG/GB) e aos *Programas de Portugal de Apoio à Justiça e Segurança*, e que ajudam a cumprir as finalidades do Roteiro CEDEAO/CPLP.

Têm sido desenvolvidas parcerias e cooperação jurídica no âmbito da relação CPLP/União Africana para ajudar a reformar o sistema de defesa e de segurança guineense, nomeadamente ao nível da elaboração de legislação contra o tráfico de drogas. Está em perspectiva a criação de uma Comissão da Verdade e Reconciliação, uma delegação conjunta constituída por elementos da UA e da Guiné-Bissau para aprender com a experiência sul-africana nestas matérias.

Angola, que assumiu a presidência da CPLP em 2010, velou pelo plano de apoio à reforma do sector da defesa e segurança da Guiné-Bissau e prosseguiu com a missão de apoio técnico militar (MISANG) estabelecida em Bissau em Março de 2011. Mas os esforços podem ser infrutíferos se a vontade das várias forças guineenses não se entenderem. Em Julho de 2011, por exemplo, as acções de protesto impulsionadas pelos partidos da oposição eram regulares nas ruas do país,

³¹ DUARTE SILVA, António E. (2010). *Invenção e Construção da Guiné-Bissau – Administração Colonial/Nacionalismo/Constitucionalismo*. (Instituto de Cooperação Jurídica, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) Almedina: Coimbra, p. 254.

³² Cf. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011b). Comunicado Final da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), *CPLP Notícias*, 22 Julho. URL: < <http://www.cplp.org> >

³³ IDEM (2011c). Resolução sobre a Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Setor da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau. *CPLP Notícias*, 22 Julho, p. 2. URL: < <http://www.cplp.org> >

com o objectivo de obter a demissão do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, por causa do seu alegado envolvimento nos assassinatos de Baciro Dabo e Hélder Proença, três anos antes.

No âmbito político como no seio do exército a luta de classes e as questões étnicas são questões talvez relevantes, sobretudo se constituírem uma barreira à união nacional e à estabilidade político-militar. Apesar do tema “étnico” ainda parecer ser um tabu³⁴.

Carlos Lopes (1982), por exemplo, considera que o processo de integração étnico é indispensável na Construção do Estado, pois «(...) tornou-se, simultaneamente, um ponto de chegada e um ponto de partida.»³⁵ Mas que é a luta de classes que justifica as principais disputas políticas e não o facto de os agentes pertencerem à etnia X ou Y:

«(...) as contradições hoje existentes na Guiné-Bissau, ao nível do poder, eram consequência lógica do confronto de duas concepções distintas: uma, ligada à experiência de conjugação interétnica originada na luta armada; a outra, ligada à ideologia do aparelho de Estado nascido após a independência. O confronto destas duas lógicas, que abusivamente traduzi por racionalidade étnica e racionalidade estatal, têm a sua origem na luta de classes (...)»³⁶

Mas mais recentemente, um estudo de Dumas Teixeira (2010), reuniu um conjunto de testemunhos, analisou estatísticas eleitorais e distribuição de votos e chegou à conclusão que: «Foram vários os golpes de Estados e tentativas de exclusão étnica, inclusive entre lideranças de partidos políticos concorrendo a cargos do executivo, do Legislativo e do Presidente da República, apoiando-se abertamente nos discursos étnicos.»³⁷

Carlos Lopes (1982) admite que a classe dirigente, em grande medida constituída pela burguesia, constitui a maior força na transformação da realidade sócio-política e económica da Guiné-Bissau. E que as referências ao Colonialismo, à luta armada contra a experiência que daí resultou, e à necessidade de continuar a lutar por um ideal de Estado ainda em construção continuam a ser referências quotidianas de peso, o que ajuda a explicar o tipo de governação e as expectativas presentes na sociedade. Carlos Lopes (1982) argumentava que: «(...) a luta continua um testemunho e uma referência omnipresente na sociedade guineense.»³⁸ E acrescentava: «Todos os discursos fazem apelo ao passado.»³⁹. Tanto assim que as gerações mais jovens que não viveram a guerra pela independência, continuam envolvidos pela memória sociológica da experiência, pois para eles: «(...) a luta é uma verdadeira instituição.»⁴⁰

A vulnerabilidade da Guiné-Bissau é também económica, com impacto nas expectativas das elites e da população. E no sistema político⁴¹. O contexto também se explica com base nas redes de tráfico de armas e de droga. Sendo um país com costa marítima, o país tem sido usado como plataforma logística para fins criminosos, sistema facilitado por fronteiras vulneráveis e por

³⁴ «Na Guiné-Bissau, de maneira geral, as discussões sobre conflitos étnicos têm sido delicadas, complexas e preocupantes. Ainda há muitos que enxergam esses conflitos como um tabu nos debates públicos com risco de ser rotulado de “tribalista” ou inimigo da união nacional.» [DUMAS TEIXEIRA, Ricardino (2010). *Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau (1994-2006)*. Recife: Edições universitárias da UFPE, p. 111].

³⁵ LOPES, CARLOS (1982). *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. (Biblioteca de Estudos Africanos) Lisboa: Edições 70, p. 85.

³⁶ ID IBID, p. 14.

³⁷ DUMAS TEIXEIRA, Ricardino (2010), *op. cit.*, p. 114.

³⁸ LOPES, CARLOS (1982), *op. cit.*, p. 84.

³⁹ ID IBID

⁴⁰ LOPES, CARLOS (1982), *op. cit.*, p. 84.

⁴¹ «Numa economia débil como a da Guiné-Bissau, a satisfação das aspirações patrimoniais da classe política depende fortemente do desempenho de funções públicas. (...) naqueles partidos com maiores possibilidades de conquistar o Poder ou, pelo menos, de obter uma votação expressiva, os militantes exercem grande pressão para inviabilizar quaisquer acordos de coligação pré-eleitoral. Com tal atitude visam impedir a repartição, por vários partidos, do número limitado de cargos políticos disponíveis.» [NÓBREGA, Álvaro (2005). ‘Desejo de Cambança’: Uma análise do Processo Eleitoral de 1999 na Guiné-Bissau. In SOARES BARATA, Óscar e FRIAS PIEPOLI, Sónia I. G., *África – Género, Educação e Poder*. Lisboa: ISCSP-UTL, p. 336-337]

instituições ainda permeáveis. Duarte Silva (2010) é contundente na sua explicação da situação actual:

«(...) as debilidades do país perante a criminalidade organizada, a implicação da hierarquia militar e de personalidades civis no tráfico de drogas, a corrupção generalizada e a inoperância da organização judiciária têm levado à qualificação da república da Guiné-Bissau como primeiro narco-Estado em África.»⁴²

Contexto particularmente desafiante, pois a saúde do Presidente Malam Mbacai Sanhá deteriorou-se em finais de 2011, deslocando-se a Paris para tratamento médico, seguindo-se um período de tensão no seio das Forças Armadas da Guiné-Bissau.

A 9 de Janeiro de 2012 dá-se a morte do Presidente Malam Mbacai Sanhá, fora do país, ainda em Paris. O que constituiu mais um revés no processo de estabilização do país, admitindo que se tratava de um político que servia como mediador entre diferentes forças internas e uma figura mais ou menos consensual num contexto difícil.

De acordo com a Constituição da Guiné-Bissau, a Malam Mbacai Sanhá sucedeu Raimundo Pereira, Presidente da Assembleia Nacional, que assumiu interinamente a Presidência até à realização das próximas eleições.

Uma situação de transição como esta é de pausa. Mas desperta algumas incertezas quanto ao futuro desfavorável a uma mudança positiva, significativa e estratégica das principais instituições da Guiné-Bissau, um país ainda vulnerável à influência das redes internacionais de narcotráfico. Organizações internacionais como a CPLP, a União Africana e a CEDEAO observam o desenvolvimento dos acontecimentos mais recentes.

Depreende-se portanto que a questão da segurança internacional em África, nomeadamente na Guiné-Bissau deve ser analisada levando em consideração as particularidades e exigências locais, que no caso deste país lusófono são uma localização estratégica nas rotas do narcotráfico internacional (ponte entre a América do Sul e a Europa), a permeabilidade das elites nacionais aos lucros que podem advir desse tipo de negócio e as tensões subsequentes ao nível das instituições e da própria sociedade guineense, com destaque para as tensões no seio das Forças Armadas. Tratando-se de um país lusófono, a CPLP é um mediador a considerar no processo de estabilização política e de apoio à reestruturação institucional nacionais.

V. Conclusão

No âmbito da Segurança e da Defesa, admite-se o impacto do transacionalismo das ameaças e riscos como o terrorismo e o crime organizado têm tido sobre os povos e nas relações entre Estados, sobretudo no período posterior aos ataques de 11 de Setembro de 2011. Neste âmbito, os mais recentes Governos de Portugal articulam a Defesa Nacional num quadro de “Segurança Humana” e de “Segurança Cooperativa”, sendo que a política externa lusa é desenhada sob preferências consensuais, nos palcos geopolíticos e geoestratégicos da União Europeia, no Atlântico e no âmbito da CPLP, conferindo prioridade aos assuntos do Mar, da OTAN, missões internacionais de manutenção da paz e defesa dos direitos humanos, reformas no âmbito estrutural e projectos de cooperação técnico-militar com os Estados-membros da CPLP.

Os países lusófonos consideram Portugal um aliado na sua aproximação ao *velho continente* e um aliado privilegiado nas relações com a OTAN, a UE e a ONU. Essa visão estratégica está patente nas reuniões periódicas dos Ministros da Defesa dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que visam acordar medidas conjuntas que salvaguardem o espaço lusófono de ameaças como o terrorismo transnacional, o tráfico de armas, drogas e pessoas, a pirataria e

⁴² DUARTE SILVA, António E. (2010), *op. cit.*, p. 260.

demais crimes que possam destabilizar o bem-estar das populações de língua oficial portuguesa. E dos abusos externos (relacionados inclusive com a cobiça pelos recursos naturais das suas zonas económicas exclusivas).

A instabilidade política da Guiné-Bissau continua a ser uma preocupação no seio da CPLP, razão pela qual se lutou pela elaboração do *Roteiro da Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau*, em parceria com a CPLP, a ONU, a UA, a UE e a CEDEAO. A CPLP poderá ser útil e eficaz nas suas acções de concertação político-diplomática e proficua nas suas actividades de cooperação técnico-militar com a Guiné-Bissau e também assim ajudar a minorar as debilidades internas e externas deste país.

Bibliografia

- CHACON, Vamirech (2002). *O Futuro Político da Lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (1996). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. *CPLP Documentos*, 17/07, pp.1-3. URL: <<http://www.cplp.org>>
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (1998). Declaração Final da I Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa. *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 21/7, pp. 1-3. URL: <<http://www.cplp.org/>>
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (1999). Declaração Final da II Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa, *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 25/05, pp. 1-5. URL: <<http://www.cplp.org/>>
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2000). Declaração Final da III Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa, *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 23/05, pp. 1-4. URL: <<http://www.cplp.org/>>
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2001). Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da CPLP. *CPLP Documentos*, VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, 31/07, pp. 1-4. URL: <<http://www.cplp.org>>
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006). Declaração Final da IX Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa. *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 15/09, pp. 1-9. URL: <<http://www.cplp.org/>>
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2008). Declaração Final da X Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa, *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 18/05, pp. 1-10. URL: <<http://www.cplp.org/>>
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2009a). XI Reunião de Ministros da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Centro de Análise Estratégica*, Agenda, Reuniões dos Ministros da Defesa, 28/05, pp. 1-14. URL: <<http://www.caecplp.org/>>
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2009b). Declaração Ministerial sobre a Guiné-Bissau. *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 28/05, p. 1. URL: <<http://www.cplp.org/>>
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011). “Felino 2010” juntam Forças Armadas – Nota Informativa. *CPLP Notícias*, 24/03. URL: <<http://www.cplp.org/>>

- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2010). Declaração Final da Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP. *Ministério da Defesa do Brasil*, 11/11, p. 1-13. URL: < <https://www.defesa.gov.br/> >
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011a). Declaração Final da XIII Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). *Centro de Análise Estratégica*, Agenda, Reuniões dos Ministros da Defesa, pp. 1-12. URL: < <http://www.caecplp.org> >
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011b). Comunicado Final da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), *CPLP Notícias*, 22 Julho, p. 1. URL: < <http://www.cplp.org> >
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011c). Resolução sobre a Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Sector da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau. *CPLP Notícias*, 22 Julho, pp. 1-2. URL: < <http://www.cplp.org> >
- DUARTE SILVA, António E. (2010). *Invenção e Construção da Guiné-Bissau – Administração Colonial/Nacionalismo/Constitucionalismo*. (Instituto de Cooperação Jurídica, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) Almedina: Coimbra.
- DUMAS TEIXEIRA, Ricardino (2010). *Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau (1994-2006)*. Recife: Edições universitárias da UFPE.
- LOPES, CARLOS (1982). *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. (Biblioteca de Estudos Africanos) Lisboa: Edições 70.
- NÓBREGA, Álvaro (2005). ‘Desejo de Cambança’: Uma análise do Processo Eleitoral de 1999 na Guiné-Bissau. In SOARES BARATA, Óscar e FRIAS PIEPOLI, Sónia I. G., *África – Género, Educação e Poder*. Lisboa: ISCSP-UTL, pp. 331-388.
- XVIII GOVERNO CONSTITUCIONAL DE PORTUGAL (2009). Programa do XVIII Governo Constitucional, Cap. VIII – Defesa Nacional, Política Externa, Integração Europeia e Comunidades Portuguesas, *Ministério da Defesa Nacional de Portugal*, pp. 1-129. Url: < <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/> >
- XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL DE PORTUGAL (2011). Programa do XIX Governo Constitucional. *Ministério da Defesa Nacional de Portugal*, Cap. V – Política Externa, Desenvolvimento e Defesa Nacional, pp. 1-129. Url: < <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/> >
- MOREIRA, Adriano (1996). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, Adriano (2008). Portugal e a Geopolítica da Interculturalidade. IN FERREIRA LAGES, Mário e MATOS, Artur T., *Percursos de Interculturalidade*, Vol. IV – Desafios à Identidade, Cap. VII, pp. 292-337.
- PINTO, José F. (2009). *Estratégias Da e Para a Lusofonia? – O Futuro da Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- SILVEIRA MACHADO, Maria V. (2009). *Reflexões Lusófonas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- UNIÃO EUROPEIA (2007). Declaração de Lisboa – Cimeira EU-África (8/9 Dezembro 2007). *Infoeuropa – Biblioteca*, Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD). URL: <<https://infoeuropa.eurocid.pt/registo/000039702/documento/0001/>>
- UNIÃO EUROPEIA (2011). Parceria estratégica África-União Europeia: Enfrentar em conjunto os desafios do presente e do futuro. *Infoeuropa – Biblioteca*, Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), Maio, pp. 1-161. URL: < <https://infoeuropa.eurocid.pt/registo/000047044/> >